

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

**Superando o ‘calcanhar metodológico’? Mapeamento e evolução recente da formação
em métodos de pesquisa na pós-graduação em Ciência Política no Brasil**

Danilo Praxedes Barboza

Mestrando em Ciência Política

danilo.barboza@usp.br

Samuel Ralize de Godoy

Mestrando em Ciência Política

samuel.godoy@usp.br

Trabalho preparado para apresentação no IV Seminário Discente da Pós-Graduação em
Ciência Política da USP, de 07 a 11 de abril de 2014.

Superando o ‘calcanhar metodológico’? Mapeamento e evolução recente da formação em métodos de pesquisa na pós-graduação em Ciência Política no Brasil

Danilo Praxedes Barboza e Samuel Ralize de Godoy

Resumo

Em 2005, Glaucio Soares publicou um influente artigo indicando que o “calcanhar metodológico” da Ciência Política brasileira estaria relacionado a uma ausência de métodos e de rigor, sendo essencial melhorar a formação dos pesquisadores. Quase dez anos depois, o objetivo deste trabalho é traçar um mapeamento do ensino específico de métodos e técnicas de pesquisa nos cursos de pós-graduação em Ciência Política no Brasil. A partir das relações nominais de ementas, bibliografias e obrigatoriedade de disciplinas metodológicas oferecidas pelos programas avaliados pela CAPES na última década, examina-se a oferta dessas disciplinas e o tipo de formação específica que oferecem. Procura-se, ainda, avaliar se existe algum tipo de padrão de mudança ou estabilidade da quantidade de disciplinas oferecidas pelos programas brasileiros e das abordagens metodológicas predominantes.

Palavras-Chave

Métodos; Ciência Política; formação; ensino; pesquisa.

Introdução

É fato conhecido da literatura brasileira em Ciência Política que nossa produção apresenta (ou, ao menos, apresentava) problemas de ordem metodológica. Também se têm pistas de que isso é efeito de falhas de formação dos pesquisadores, ainda enquanto alunos, nos métodos e técnicas de pesquisa científica, sobretudo os quantitativos. Independentemente de quais sejam as origens dessas críticas – revistas por este artigo como ponto de partida – não se traçou, até agora, um panorama da formação metodológica de nossos pesquisadores.

A partir dos cadernos de indicadores dos programas de pós-graduação em Ciência Política da CAPES, o presente artigo procura dar o primeiro passo no sentido de situar o problema da formação em métodos, apresentando (1) os números da evolução da oferta de disciplinas metodológicas nos programas nos últimos quinze anos, (2) o tipo de disciplinas oferecidas nos diversos programas, a partir da leitura de suas ementas, e (3) comentários que contribuam para uma discussão mais profunda sobre a formação metodológica dos pesquisadores brasileiros, apontando lacunas do conhecimento e sugerindo formas de preenchê-las.

Para isso, o artigo se desenvolve ao longo de seis seções, além desta introdução e das conclusões. A primeira seção apresenta a revisão do que a literatura nacional conhece e apontou acerca dos problemas da Ciência Política brasileira, ressaltando os argumentos da aversão a métodos quantitativos, da formação falha de pesquisadores e do caráter fraco da metodologia de nossa produção científica, que ocasionam aquilo que Gláucio Soares chamou de nosso “calcanhar metodológico” (2005). A segunda seção apresenta os dados coletados para o desenvolvimento deste artigo, recapitulando sucintamente o sistema de avaliação de qualidade da CAPES e sua forma de funcionamento, uma vez que dali advêm os dados utilizados. A terceira seção apresenta, também sucintamente, a distribuição dos programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil por nível de qualidade e por região, mostrando a concentração de programas em universidades do Sudeste e o recente surgimento de novos programas em todas as regiões. A quarta seção mostra a evolução numérica da oferta de disciplinas metodológicas nos programas brasileiros, apresentando tendências de crescimento, redução ou estabilidade em determinados grupos de programas. A quinta seção é dedicada aos tipos de disciplinas metodológicas oferecidas pelos programas de pós-graduação, destacando-se a grande quantidade de disciplinas com ementas “genéricas” (não especificam abordagem metodológica, ou afirmam oferecer mais de um tipo) e a predominância das disciplinas quantitativas – ainda que esteja nessa área o grande problema apontado pela literatura. A sexta seção discute os dados apresentados nas seções anteriores e tenta relacioná-los aos argumentos da literatura. Finalmente, as conclusões arrematam argumentos e propõem tarefas para uma agenda de pesquisa sobre a formação metodológica em Ciência Política.

A discussão sobre metodologia na Ciência Política brasileira

A autonomização da Ciência Política como campo científico e profissional começa a se delinear no Brasil em meados dos anos 1960, em meio ao desenvolvimento de programas de pós-graduação na área, o aumento dos incentivos financeiros provenientes das agências de fomento à pesquisa nacionais (tais como o CNPq, Finep, CAPES, Fapesp e outros) e internacionais (particularmente a Fundação Ford), assim como a criação, em 1968, de um Sistema Nacional de Pós-Graduação, que objetivou modernizar o campo científico e universitário no Brasil. Contribui também para o desenvolvimento da área no País o contexto político da década de 1960 e das seguintes, que gerou uma intensa discussão em torno do regime

político, sobre as perspectivas para a democracia e para o futuro do Brasil (REIS 1996; FORJAZ 1997; KEINERT & SILVA 2010)¹.

Esse processo veio acompanhado da concepção de que uma ciência moderna deveria ser ancorada na inovação e na adoção de sofisticados métodos quantitativos. Conforme propõem Fábio Cardoso Keinert e Dimitri Pinheiro Silva, “a demanda por cientificidade implicaria a assimilação de métodos e técnicas quantitativos, como via privilegiada de acesso à compreensão da dinâmica do sistema político” (2010:83). A preocupação fundamental neste período, de acordo com Fábio Wanderley Reis, era a de desenvolver uma ciência que desse conta dos “fundamentos lógicos da aceitação ou rejeição de hipóteses ou teorias” (1996:95), e que apresentasse rigor, sistematicidade e permitisse a cumulatividade do conhecimento.

No entanto, barreiras foram erigidas contra o avanço dessa corrente. De acordo com Reis, “difícilmente se poderia pretender que a perspectiva ‘científica’ tenha chegado a amadurecer efetivamente e a constituir-se em real ortodoxia no Brasil” (1996:96). Reis argumenta que duas correntes se contrapuseram a esse movimento: de um lado, um grupo de pesquisadores que acusaram essa perspectiva “científica” de estar comprometida com a direita política, devido à predominância nessas discussões dos autores e instituições estadunidenses e europeias, assim como as vinculações existentes com entidades privadas estrangeiras (no caso brasileiro, a Fundação Ford); de outro lado, pesquisadores com apego à tradição humanista das ciências sociais, que pregaram serem os métodos quantitativos fossem pouco efetivos para entender fenômenos sociais e humanos, muito complexos e multivariados.

Segundo Gláucio Soares (2005), três foram as explicações predominantemente usadas para a rejeição dos métodos quantitativos em Ciência Política a partir dos anos 1960: (1) os fenômenos humanos e sociais não são passíveis de mensuração, devido à sua complexidade inerente e à variedade infinita de fatores que os formam (o que implicaria demasiadas simplificações no processo de quantificação); (2) as Ciências Política e Sociais são

¹ De acordo com Reis (1996), Forjaz (1997) e Keinert & Silva (2010), duas instituições são pioneiras no processo de autonomização da Ciência Política nacional, a saber, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Essas instituições promoveram, financiadas principalmente pela Fundação Ford, a realização de grandes projetos de pesquisa no País e promoveram o intercâmbio entre os pesquisadores nacionais com profissionais e instituições acadêmicas dos EUA. Interessante notar também, no que tange ao contato de pesquisadores nacionais com as temáticas e instituições estrangeiras, que os primeiros contatos nesse sentido foram realizados junto à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), no começo dos anos 1960, em cursos de especialização desenvolvidos para divulgar novas metodologias e técnicas de pesquisa provenientes das instituições dos países desenvolvidos, particularmente EUA. Nos anos seguintes se tornou mais frequente o contato com instituições estrangeiras, com o afluxo de estudantes de pós-graduação para instituições estadunidenses e europeias.

inerentemente diferentes dos demais ramos do conhecimento científico, não sendo adequada a aplicação dos métodos de pesquisa provenientes de áreas diferentes; (3) por fim, o argumento de que os métodos quantitativos pertencem ao “imperialismo”, em parte por serem desenvolvidos majoritariamente nos países da Europa Ocidental e Estados Unidos, e por se tornarem, gradativamente, um dos paradigmas metodológicos dominantes.

A contrapartida de alguns pesquisadores foi indicar aderência aos métodos de pesquisa qualitativos. No entanto, como observa Soares (2005), algumas contradições são evidentes nessa postura. Apesar de parte dos pesquisadores de fato conhecerem as técnicas qualitativas, utilizarem-nas em suas pesquisas e discutirem aperfeiçoamentos, a maior parte dos autointitulados “qualitativos” não conhecem de fato esses métodos, e assim se afirmam por desconhecimento tácito dos métodos quantitativos ou por apresentarem forte aversão a estes.

Como resultado dessa dinâmica, a literatura reconhece a existência de sérias deficiências no campo da Ciência Política brasileira. Gláucio Soares afirma que a área enfrenta dificuldades significativas, decorrentes, de um lado, da relativa hostilidade de alguns pesquisadores em relação à adoção de métodos quantitativos de pesquisa, e, por outro, da não adoção de métodos qualitativos reais. O que se verifica, na percepção do autor, é uma “(...) ausência de métodos e de rigor” (SOARES 2005:27) nos livros, artigos, teses e dissertações produzidos por pesquisadores da área. Esse quadro reverbera na produção acadêmica deficitária: conforme indica o autor, a partir de dados coletados por Nelson do Valle Silva nas publicações da *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS), “(...) 85% [dos artigos] não tinham qualquer quantificação; 13% tinham, apenas, distribuições de frequências, e somente *oito* artigos, menos de 3%, tinham alguma análise” (SILVA *apud* SOARES 2005, 28).

Reis também identifica sérias dificuldades nas Ciências Sociais brasileiras no que diz respeito à sua inscrição nos parâmetros científicos internacionais. Uma das facetas dessas deficiências é a do perfil “historicizante” ou “jornalístico” que se evidencia nas pesquisas desenvolvidas na área. Os trabalhos, de acordo com o autor, se concentram em descrições históricas limitadas, ou a relatos de caráter jornalístico dos eventos recentes (em certo sentido, de caráter “detetivesco”, com o objetivo de “revelar o oculto”), deixando de lado as regularidades que possam ser observadas nos fenômenos analisados. Reis complementa indicando que a tendência a descrições narrativas e relatos observada nos trabalhos em ciências sociais são, para além do desconhecimento dos métodos de pesquisa, evidência da carência de “domínio adequado da simples lógica” (1996:102).

Um dos principais fatores que explicam a precariedade na produção acadêmica em Ciência Política, segundo Soares, são as deficiências existentes na formação dos estudantes na

graduação e pós-graduação no ensino de métodos e técnicas de pesquisa. O autor destaca, a partir de pesquisa realizada em artigos publicados nas revistas *Dados* e *Opinião Pública*, que a maior parte dos trabalhos observados faz uso restrito dos métodos estatísticos, se concentrando, principalmente, em análises descritivas. Interessante observar que dos dez trabalhos que fazem uso de métodos estatísticos mais complexos (o autor não identifica quais seriam esses métodos), nove foram realizados por autores estrangeiros ou com formação no exterior. De acordo com Soares, “a partir desse nível de sofisticação estatística, são raríssimos os trabalhos de cientistas políticos e sociólogos brasileiros” (2005:28).

Fábio Wanderley Reis também destaca que parte importante das deficiências verificadas na consolidação das ciências sociais como campo autônomo advém da “pobreza da formação teórico-metodológica que recebem correntemente nossos cientistas sociais” (Reis, 1996:94). De acordo com o autor, os profissionais de ciências sociais não chegam, na maior parte das vezes, a serem expostos aos fundamentos metodológicos contemporâneos, o que ocasiona buracos significativos em sua formação acadêmica. “E a relativa serenidade atual é antes expressão da indignação associada a um amorfismo metodologicamente desatento e desinformado” (REIS 1996:94).

Soares (2005) indica que há sérias consequências decorrentes da reticência de parte dos pesquisadores brasileiros em fazer pesquisa empírica. A primeira delas é o isolamento da Ciência Política das demais áreas do conhecimento que realizam pesquisas empíricas no País (tais como a Economia, por exemplo). Outra consequência é a da perda de espaços de interlocução e diminuição substantiva de fontes de financiamento. Um terceiro efeito, segundo o autor, é a geração de uma “ampla zona de acesso proibido” (2005:36) para os pesquisadores, no sentido em que estes não detêm conhecimento específico para ler os trabalhos científicos que se utilizem de métodos avançados de pesquisa (na Economia, Demografia, Saúde Pública e mesmo na Ciência Política). Decorre também da baixa formação em metodologia de pesquisa a enorme dificuldade encontrada em publicar artigos científicos em renomadas revistas acadêmicas internacionais, dado que não se consegue alcançar os altos padrões metodológicos exigidos por essas publicações². Por fim, outro efeito decorrente dessa reticência em relação à utilização de métodos quantitativos de análise se verifica no afastamento dos pesquisadores em relação a problemas políticos e sociais candentes no Brasil, e, conseqüentemente, de uma intervenção qualificada nestas questões.

² Soares (2005) esclarece que este não é o único fator explicativo para as dificuldades encontradas para a publicação em revistas internacionais prestigiadas. Compete para isso também a endogenia nacional e institucional.

Fábio Wanderley aponta também para o efeito deletério da percepção corrente de que “o trabalho de elaboração teórica é algo reservado aos cientistas sociais dos países desenvolvidos” (REIS 1996:105). O quadro daí advindo é o de dependência intelectual dos pesquisadores nacionais, à qual o autor rotula de “provincianismo dependente”, assim como uma participação marginal no que tange aos grandes debates teórico-metodológicos internacionais, ocupando, em geral, a posição de meros expectadores ou de consumidores. No âmbito das colaborações, pesquisadores nacionais são vistos como fornecedores de matérias-primas (dados brutos) para análises de cientistas dos países centrais.

Em certa medida, decorre também dessa lacuna de treinamento metodológico mais apurado a precária percepção sobre a profissionalização do campo. Segundo Reis, “é bastante claro que falta, nas circunstâncias do país, uma institucionalização mais adequada do campo das ciências sociais como campo de trabalho acadêmico” (1996:111). O problema da profissionalização se espelha na baixa expectativa dos estudantes de ciências sociais em relação à profissão, manifestado por estes na forma de um interesse difuso de obter com a graduação em ciências sociais “certa cultura”, uma formação complementar e um diploma.

Por fim, Reis (1996) destaca que a precária formação teórico-metodológica dos estudantes gera deficiências significativas nos níveis superiores de ensino, que dificilmente são superadas. Nesse ínterim, o que se observa é o desenvolvimento de dissertações de mestrado e teses de doutorado insuficientes metodológica e teoricamente. Esses mesmos profissionais, uma vez formados e inseridos na carreira docente, tenderão a reproduzir essas deficiências em suas aulas e publicações, engendrando um ciclo perverso.

Gláucio Soares propõe, em síntese, que:

“Para mudar o curso da Ciência Política no país, tornando-o mais útil, mais influente e mais respeitado, é necessário melhorar – e muito – o nível de nossas pós-graduações e reciclar muitos professores, transformando-os também em pesquisadores. Não é tarefa fácil, porque as resistências são profundas. O trabalho típico encontrado nas revistas brasileiras não é quantitativo, não é qualitativo, não é quanti-quali, é ensaístico. Há muitas revistas que publicam quase exclusivamente ensaios. A desproporção é grande, e os que pesquisam e usam dados quantitativos e/ou qualitativos são minoria. Além de minoria, não se conhecem, não se leem e não se entendem” (SOARES 2005:48).

Uma das formas encontradas pelas universidades brasileiras para fazer frente às deficiências na formação em metodologia de pesquisa no País foi o desenvolvimento de cursos intensivos de métodos e técnicas de pesquisa. Um dos exemplos mais notórios nesse sentido é o Programa Intensivo de Metodologia Quantitativa (MQ), oferecido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que há vários anos tem oferecido cursos intensivos a estudantes e docentes da área de Ciências Sociais do Brasil³. Mais recentemente, outra experiência de sucesso é a da Universidade de São Paulo que, em parceria com a Associação Internacional de Ciência Política, promove a Escola de Verão em Conceitos e Métodos em Ciência Política e Relações Internacionais, oferecendo a estudantes e pesquisadores brasileiros e estrangeiros cursos intensivos de nivelamento em matemática e estatística e de treinamento em conceitos, métodos e técnicas avançados, ministrados por docentes e pesquisadores de diversos países do mundo, intensificando a troca de experiências e de conhecimento, assim como promovendo a agenda de pesquisa compartilhada entre instituições brasileiras e internacionais⁴.

Todavia, apesar de ter reconhecido problemas na formação e na produção da Ciência Política brasileira, a literatura não promovera uma análise detalhada do que é efetivamente oferecido pelas instituições de ensino em termos de disciplinas e seminários a seus alunos, de forma a tornar possível detectar onde podem ser incluídos novos cursos, ou quais dos cursos existentes podem ser “importados” pelas demais instituições. É nessa frente que o presente artigo pretende atuar, não para esgotar o assunto, mas dando o primeiro passo para o preenchimento dessa lacuna.

Metodologia: coleta, tratamento e análise dos dados

No Brasil, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação vinculada ao Ministério da Educação, é responsável por, entre outras atribuições, avaliar a pós-graduação *stricto-sensu* (Mestrado e Doutorado). O sistema de avaliação compreende um acompanhamento anual e uma avaliação trienal do desempenho de todos os programas que integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação, numa série de quesitos institucionais e de produção científica, resultando na atribuição pela CAPES de um conceito na escala de 1 a 7 a cada programa avaliado, de forma que programas com conceitos 1 ou 2 não são considerados “recomendados” pela CAPES, o conceito 5 é atribuído a programas com

³ Informações sobre cursos oferecidos e inscrições podem ser encontradas em <<http://www.fafich.ufmg.br/~mq/sobrecurso.html>>.

⁴ Informações sobre cursos oferecidos e inscrições podem ser encontradas em <<http://summerschool.fflch.usp.br/>>.

elevado padrão de qualidade e, finalmente, programas com conceitos 6 e 7 são considerados de excelência, tendo os últimos desempenho claramente destacado em relação a todos os demais em sua área (Portaria MEC nº 1.418 de 23/12/1998). Essa nota fundamenta a deliberação do Conselho Nacional de Educação sobre os cursos que podem ser reconhecidos pelo Ministério da Educação para efeitos diversos, desde a validação de títulos e diplomas até a possibilidade de financiamento público, motivo pelo qual a avaliação da CAPES é a referência central dos programas, de suas áreas temáticas e das agências financiadoras para mensurar a qualidade da pós-graduação no País.

Entre o rol de documentos enviados pelos programas de pós-graduação *stricto-sensu* à CAPES para fins de acompanhamento anual e avaliação trienal, encontram-se cadernos de indicadores detalhados sobre cada aspecto do programa – desde informações sobre quantidade de docentes e discentes, até sua produção científica recente. Os procedimentos de envio dessas informações à CAPES são os mesmos para todos os programas de pós-graduação no Brasil, feitos primordialmente através de *software* (“Coleta de Dados CAPES”) fornecido pela fundação a cada programa⁵. Tendo recebido e processado as informações dos programas, a CAPES disponibiliza os cadernos de indicadores e fichas de avaliação de todos para acesso público em seu sítio eletrônico⁶. É dessa fonte que foram coletados os dados que fundamentam o presente trabalho.

Os programas de pós-graduação em Ciência Política estão inseridos na área de avaliação “Ciência Política e Relações Internacionais”. Embora essa área de avaliação inclua tanto programas de Ciência Política, quanto de Relações Internacionais, Estudos Estratégicos, Políticas Públicas e outros, para este artigo foram selecionados somente os 15 programas de Ciência Política reconhecidos pela CAPES. Mais informações sobre os programas são assunto para a próxima seção. Nos cadernos de indicadores desses programas, foram obtidas todas as relações nominais de disciplinas oferecidas por ano-base em cada programa de pós-graduação, de 1998 a 2012 (ou desde a primeira avaliação do programa, caso ele tenha sido criado após 1998, como também se verá na próxima seção). Esses documentos⁷ foram integralmente lidos

⁵ Os autores agradecem à Sra. Maria Raimunda dos Santos, secretária de pós-graduação do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, pelo auxílio fornecido na elaboração deste trabalho.

⁶ Para ter acesso aos cadernos de indicadores e as fichas de avaliação de cada programa, basta acessar o endereço eletrônico <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>> e selecionar a opção de procura desejada (por área de avaliação, por nota ou conceito, por região ou instituição).

⁷ Ver CAPES (2014).

pelos autores deste trabalho, e seu conteúdo foi triado de forma a alimentar um banco de dados com as seguintes informações acerca de cada programa:

- Sigla da Instituição de Ensino;
- Ano-base;
- Número de disciplinas oferecidas no ano-base⁸;
- Sigla e título das disciplinas metodológicas oferecidas no ano-base; e
- Nomes dos docentes responsáveis pelas disciplinas metodológicas.

Na relação de disciplinas oferecidas, aquelas com mais de uma turma foram contadas como somente uma disciplina. Entretanto, em alguns casos (com destaque para o programa da UERJ), algumas disciplinas tinham várias turmas com subtítulos e professores diferentes, claramente tratando de assuntos distintos e independentes uma da outra. Nesses casos, cada turma foi contada como uma disciplina particular. Exceção é feita para as disciplinas de “orientação” ou “estágio”, que foram contadas como uma só disciplina em todos os casos.

Para diferenciar quais eram (e quais não eram) disciplinas metodológicas, foram consideradas como tal aquelas em cujas ementas constasse o objetivo de introduzir, ensinar ou apresentar métodos ou técnicas de pesquisa, independentemente da abordagem (quantitativa, qualitativa etc.) ou de cunho geral/específico sobre alguma técnica em particular. Não foram consideradas como metodológicas as disciplinas cujas ementas sugerissem aulas de cunho teórico, ou voltadas à leitura de textos sobre quaisquer correntes, escolas ou abordagens teóricas em Ciência Política – cursos “substantivos”, voltadas a um tema ou conjunto de temas em Ciência Política que não fosse o ensino de métodos e técnicas de pesquisa.

⁸ Os cadernos de indicadores incluem todas as disciplinas registradas na grade curricular dos programas, inclusive as que não são oferecidas no ano-base. Nesses documentos, algumas disciplinas apresentam os nomes dos docentes responsáveis, enquanto todas as outras não contêm essa informação. Para diferenciar ambos os grupos, os autores confrontaram os cadernos de 2011 e 2012 da USP com a distribuição de disciplinas fornecida diretamente pelo Departamento de Ciência Política (DCP) da USP para os mesmos anos-base. 100% das disciplinas que mencionavam nomes de docentes responsáveis foram oferecidas segundo a distribuição fornecida pelo DCP-USP, enquanto 100% das demais disciplinas (sem referências aos docentes no caderno de indicadores) não foram oferecidas segundo a instituição. Realizada essa verificação, e tendo a Secretaria de Pós-Graduação do DCP-USP informado que os procedimentos de envio de dados à CAPES são os mesmos para todos os programas no País, os autores consideram que, para todos os programas e todos os anos-base, disciplinas oferecidas são aquelas com menção aos docentes responsáveis no caderno de indicadores da CAPES, e disciplinas não oferecidas são aquelas que não contêm a menção aos docentes responsáveis no documento.

Também não foram incluídas no banco de dados as disciplinas do tipo “Seminário de Teses”, “Seminário de Dissertação”, “Estudos dirigidos” para elaboração de tese ou dissertação ou disciplinas equivalentes. A explicação para a não inclusão dessas disciplinas consiste no fato de que, apesar de oferecerem aos discentes a oportunidade de estruturar seus projetos de pesquisa e, eventualmente, transmitir conhecimentos sobre métodos e técnicas de pesquisa, elas não são primordialmente voltadas ao ensino de um método/técnica ou conjunto de métodos/técnicas de pesquisa, mas sim à elaboração das teses e dissertações tão somente.

Uma vez montado o banco de dados com as informações obtidas e triadas a partir dos cadernos de indicadores disponibilizados pela CAPES, foi calculada a quantidade relativa⁹ de disciplinas metodológicas oferecidas por cada programa, por ano-base. A análise desses dados é essencialmente descritiva, dado o número de programas de pós-graduação selecionados e o esforço comparativo que se propõe neste trabalho. As próximas seções apresentam a operacionalização e o resultado do exercício.

Distribuição dos programas de pós-graduação no País

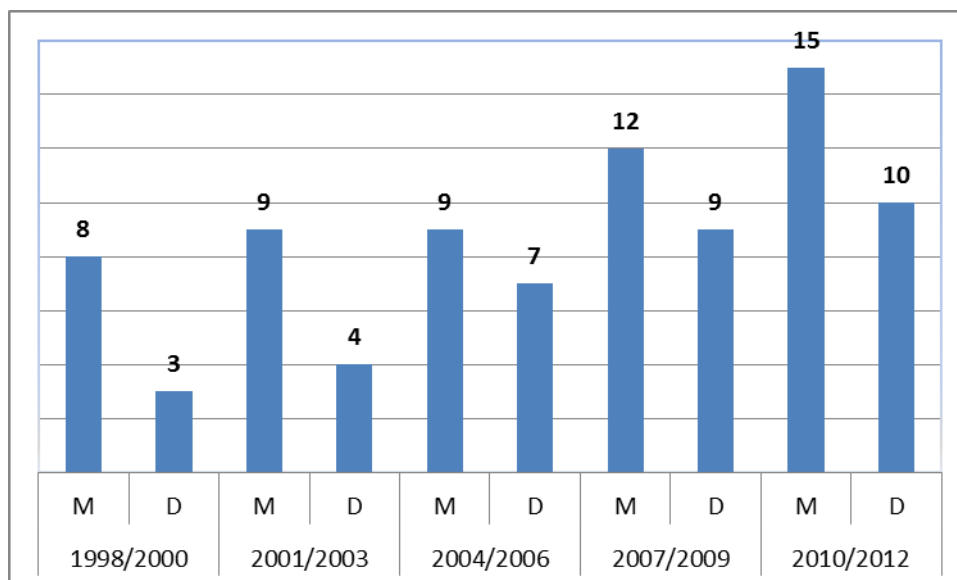
Na área de avaliação “Ciência Política e Relações Internacionais” da CAPES, foram selecionados somente os 15 programas de pós-graduação cujo título fosse “Ciência Política” – ou, no caso do IUPERJ/UCAM, “Ciência Política (Ciência Política e Sociologia)”.

Conforme os relatórios de avaliação trienal da CAPES para o período 1998-2012, destaca-se a ampliação do conjunto de programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil. O número de programas de mestrado praticamente dobrou, saltando de oito programas em 1998 para quinze ao final do período. O avanço é ainda mais significativo nos cursos de doutorado: havia apenas três programas em 1998 (IUPERJ, UFRGS e USP), mas ao final do período esse número já tinha mais que triplicado, passando a dez programas. De acordo com o último relatório de avaliação trienal realizado pela CAPES (2010/2012), os últimos três triênios observaram crescimento de 154% no número de programas de mestrado e 183% no doutorado, substancialmente acima da média da expansão no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), que foi, respectivamente, de 42% e 65,1%¹⁰. A **Figura 1**, abaixo, apresenta o crescimento do número de programas.

⁹ A quantidade relativa de disciplinas metodológicas é obtida dividindo-se o número dessas pelo número total de disciplinas oferecidas num mesmo ano-base.

¹⁰ As avaliações trienais estão se referindo ao conjunto da área “Ciência Política e Relações Internacionais”.
Documento disponível em:

Figura 1 – Crescimento dos programas de Ciência Política, 1998 a 2012



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2014).

O último relatório de avaliação trienal evidencia que a expansão não se restringiu ao número de programas, mas também pode ser observada na quantidade de diplomados: no período de 2004 a 2012, registrou-se aumento de 310% no número de doutores diplomados, 45% de mestres e 104% de mestrados profissionais (levando em consideração todas as subáreas incluídas na área “Ciência Política e Relações Internacionais”). Nesse ínterim, alguns programas de Ciência Política entraram para o grupo de excelência (com notas 6 e 7 na avaliação da Capes): IUPERJ/UCAM, UFMG, UFPE e USP. A distribuição dos programas de Ciência Política reconhecidos pela CAPES é apresentada pela **Tabela 1** abaixo.

Tabela 1 – Programas de pós-graduação em Ciência Política e conceitos CAPES 2013

Sigla	Instituição	Nível	Conceito
FUFPI	Fundação Universidade Federal do Piauí	Mestrado	3
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	Mestrado Doutorado	6
UFF	Universidade Federal Fluminense	Mestrado Doutorado	4
UFG	Universidade Federal de Goiás	Mestrado	4
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	Mestrado Doutorado	7
UFPA	Universidade Federal do Pará	Mestrado	3
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	Mestrado Doutorado	6
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas	Mestrado	3
UFPR	Universidade Federal do Paraná	Mestrado	4
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mestrado Doutorado	5
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos	Mestrado Doutorado	4
UNB	Universidade de Brasília	Mestrado Doutorado	5
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas	Mestrado Doutorado	5
USP	Universidade de São Paulo	Mestrado Doutorado	7
IUPERJ/UCAM	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro / Universidade Cândido Mendes	Mestrado Doutorado	N/D*

Fonte: CAPES (2013). *A nota do IUPERJ/UCAM não foi divulgada na avaliação trienal de 2013.

Como se observa na Tabela 1, o conjunto de programas de Ciência Política é bastante diverso, apesar de relativamente pequeno. Assim como há programas mais novos, que oferecem somente cursos de mestrado e possuem conceitos 3 (FUFPI, UFPA, UFPEL) e 4 (UFG, UFPR), os demais oferecem cursos de mestrado e doutorado, possuindo conceitos 4 (UFF, UFSCAR), 5 (UFRGS, UNB, UNICAMP), 6 (UERJ, UFPE) e 7 (UFMG, USP). Inclui-se, ainda o programa do IUPERJ/UCAM, cujo conceito não consta na planilha oficial de notas da avaliação trienal de 2013 disponibilizada pela CAPES, mas que fora incluído no presente trabalho em função de seu histórico¹¹ de ter seus cadernos de indicadores disponíveis para todo o período 1998-2012 (com exceção de 2010).

¹¹ Em 2010, o IUPERJ/UCAM, cujo conceito era 7 (o máximo), passou por uma crise financeira que ocasionou transferência de todos os seus docentes para a UERJ, cujo programa foi criado naquele momento e obteve conceito 6 na avaliação trienal de 2013. Assim, todos os professores do programa da UERJ são aqueles que anteriormente compunham o programa do IUPERJ/UCAM. Este, por sua vez, passou por uma reestruturação naquele mesmo ano e voltou a oferecer os cursos de mestrado e doutorado em Ciência Política em 2011. Entretanto, apesar de seus cadernos de indicadores estarem disponíveis para até 2012, esse programa não foi incluído nos resultados da avaliação trienal da CAPES em 2013.

Grande parte (sete) dos programas selecionados concentra-se na região Sudeste, que reúne programas avaliados com conceitos de 4 a 7. A região Sul possui três programas, avaliados com conceitos de 3 a 5. A

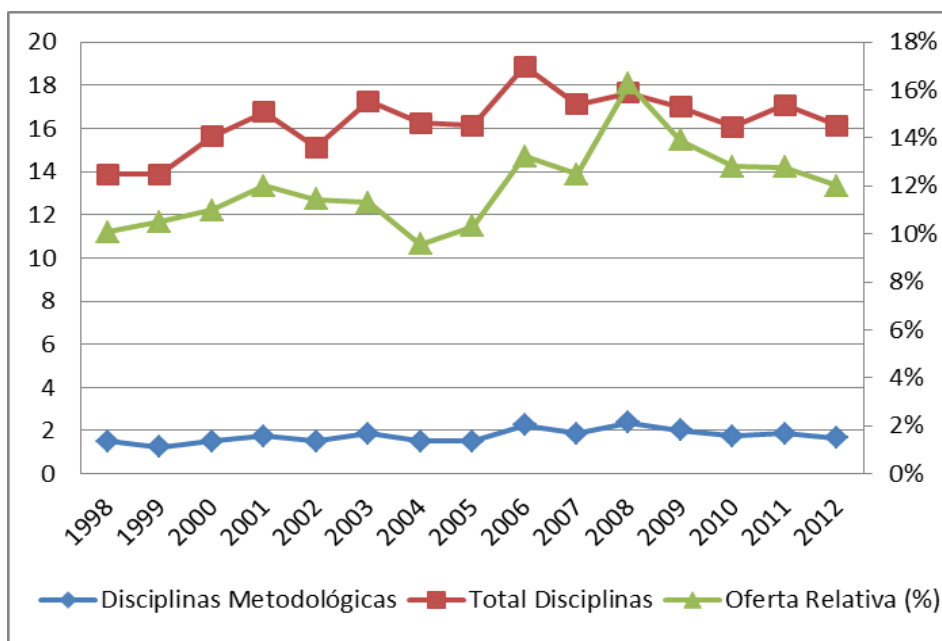
região Nordeste agrega dois programas, avaliados com conceitos 3 e 6. A região Centro-Oeste possui dois programas, com conceitos 4 e 5, e a região Norte possui apenas um programa, com conceito 3. Entretanto, a distribuição geográfica dos programas não indica onde se oferece maior ou menor treinamento em métodos e técnicas de pesquisa. Para entender como essa oferta funciona, é necessário que (1) se observe a proporção de disciplinas metodológicas na grade oferecida por cada programa e (2) se analise o tipo de formação oferecida por essas disciplinas, através da leitura de suas ementas. Essas duas tarefas são objeto das seções a seguir.

Oferta relativa de disciplinas metodológicas

Quais programas formam pesquisadores em mais métodos e técnicas de pesquisa? A formação metodológica tem aumentado ao longo do tempo, ou trata-se de uma oferta estável (ou, ainda, decrescente)? Há um perfil regional da oferta de disciplinas metodológicas, ou isso está mais associado ao nível de qualidade aferido pela CAPES? Com base nos dados dos cadernos de indicadores (relação nominal de disciplinas oferecidas por ano-base, de 1998 a 2012) dos programas selecionados, a presente seção procura responder a essas perguntas.

De forma geral, a oferta total de disciplinas pelos programas variou ao longo do tempo. Em média, o número total de disciplinas oferecidas pelos programas em 1998 era de 12,4, quando havia apenas oito programas (IUPERJ/UCAM, UFF, UFMG, UFPE, UFRGS, UNB, UNICAMP e USP). Em 2012, último ano da série, a oferta atinge o índice de 14,5 disciplinas oferecidas, em média, pelos 15 programas (com a inclusão de FUFPI, UFPA, UFSCAR, UFPR, UERJ, UFPEL e UFG). Já a oferta média de disciplinas metodológicas variou de 1,5 em 1998 para 1,67 em 2012, atingindo picos de 2,25 e 2,36 em 2006 e 2008, respectivamente. A **Figura 2**, abaixo, apresenta as médias de oferta total de disciplinas, oferta de disciplinas metodológicas e oferta relativa (divisão do número de metodológicas pelo total de disciplinas) dos programas de pós-graduação em Ciência Política de 1998 a 2012.

Figura 2 – Média de disciplinas oferecidas, 1998 a 2012



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2014). Nota: O eixo vertical direito orienta a linha verde, que indica a oferta relativa de disciplinas metodológicas (%).

Como se pode observar, a oferta total média de disciplinas (eixo vertical esquerdo) apresentou variação no tempo, com picos de oscilação em 2001, 2003 e 2006, enquanto a variação a oferta relativa média de disciplinas metodológicas (eixo vertical direito, em %), foi maior entre 2004 e 2008, e novamente de 2008 para 2012. Entretanto, esses são indicadores médios¹², considerando os dados dos 15 programas em estudo. Para um maior detalhamento da oferta de disciplinas metodológicas, é interessante investigar o comportamento dessa oferta de acordo com (1) o tempo de existência dos programas e (2) o nível de qualidade aferido pela CAPES. Isso é feito nas subseções a seguir.

Programas novos e tradicionais

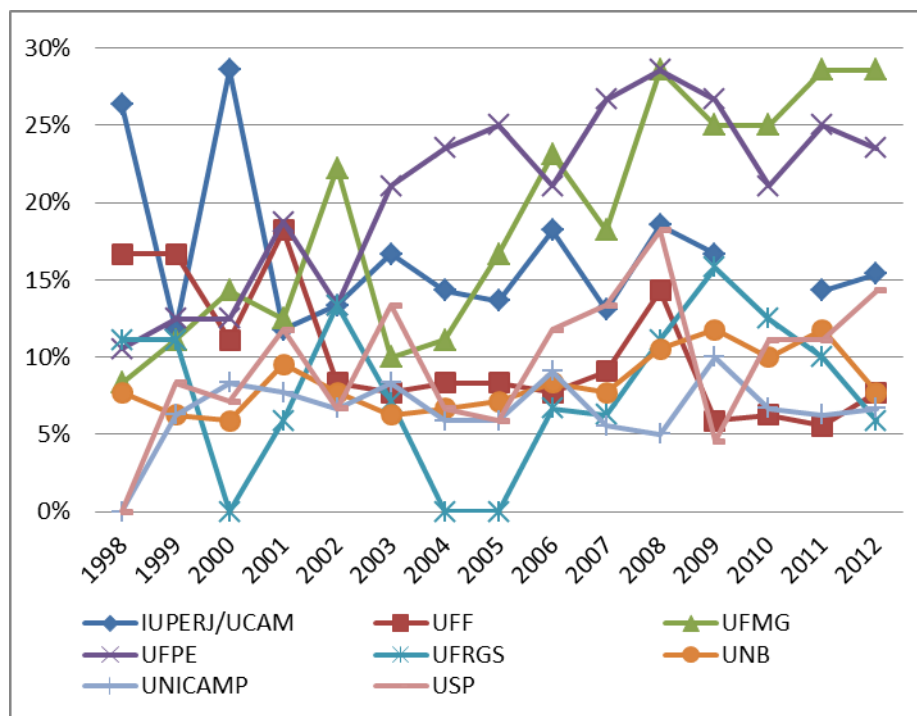
Consideram-se “programas tradicionais” aqueles que já existiam em 1998, primeiro ano para o qual estão disponíveis os cadernos de indicadores. De forma análoga, consideram-se “programas novos” aqueles criados e reconhecidos pela CAPES depois¹³. A **Figura 3**, abaixo,

¹² As tabelas com todos os indicadores utilizados encontram-se anexas ao final deste trabalho.

¹³ O programa do IUPERJ/UCAM é considerado tradicional, pois já existia em 1998 e assim continuou, oficialmente, até o final da série, ainda que a crise institucional tenha acarretado a troca de seus professores e a ausência de dados para o ano de 2010. O programa da UERJ é considerado novo, pois foi oficialmente iniciado em 2010, ainda que seus professores sejam aqueles transferidos do IUPERJ/UCAM.

apresenta a oferta relativa de disciplinas metodológicas em todo o período nos programas tradicionais.

Figura 3 – Oferta de disciplinas metodológicas, programas tradicionais, 1998 a 2012



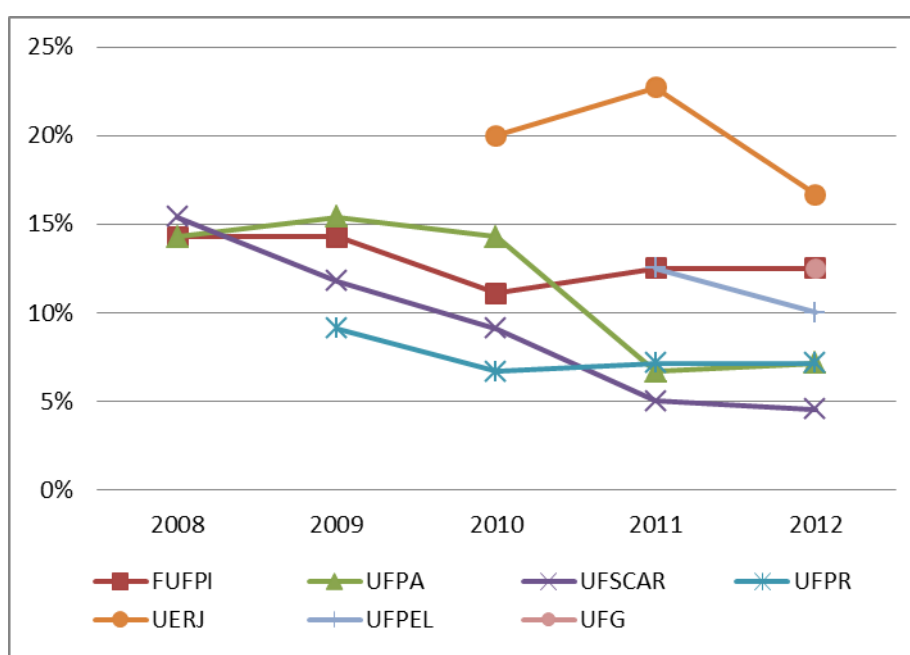
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2014).

Apesar de ser muito densa, a Figura 3 permite observar o comportamento geral da oferta relativa de disciplinas metodológicas ao longo do tempo pelos programas tradicionais, assim como permite verificar que UFMG, UFPE e IUPERJ/UCAM são as universidades de maior destaque na oferta de disciplinas metodológicas. A federal mineira salta de 8% de disciplinas metodológicas em 1998 para 29% em 2012, assumindo posição de destaque em 2006, quando 23% das disciplinas oferecidas eram de caráter metodológico. A federal pernambucana, que oferece quatro disciplinas metodológicas anuais desde 2003, tem índices que variam de 11% (1998) a 24% (2012). Já o IUPERJ/UCAM, com 26% de disciplinas metodológicas já em 1998, tem grande oscilação dessa oferta no tempo. A partir de 2001, a oferta de disciplinas metodológicas ficou abaixo dos 20%, mas ainda em posição alta em relação aos demais programas tradicionais (exceto UFMG e UFPE), assim permanecendo mesmo após a crise institucional que acarretou a troca de todos os seus professores. Os demais programas, independentemente de como começaram a série histórica, ofereceram menos de 10% de disciplinas metodológicas em 2012, com exceção da USP, que apresenta tendência de aumento

da oferta no final da série, com 14% de disciplinas metodológicas, próximo à oferta contemporânea do IUPERJ/UCAM.

Em relação aos programas mais novos, os cadernos de indicadores mostram que a oferta relativa de disciplinas metodológicas de todos eles varia entre 5% e 15% em todo o período – com exceção do programa da UERJ, formado pelos ex-professores do IUPERJ/UCAM, com 20% em 2010 e 17% em 2012 – e todos apresentam tendência decrescente nessa oferta. Isso é apresentado pela **Figura 4**, abaixo.

Figura 4 – Oferta de disciplinas metodológicas, programas novos, 2008 a 2012



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2014).

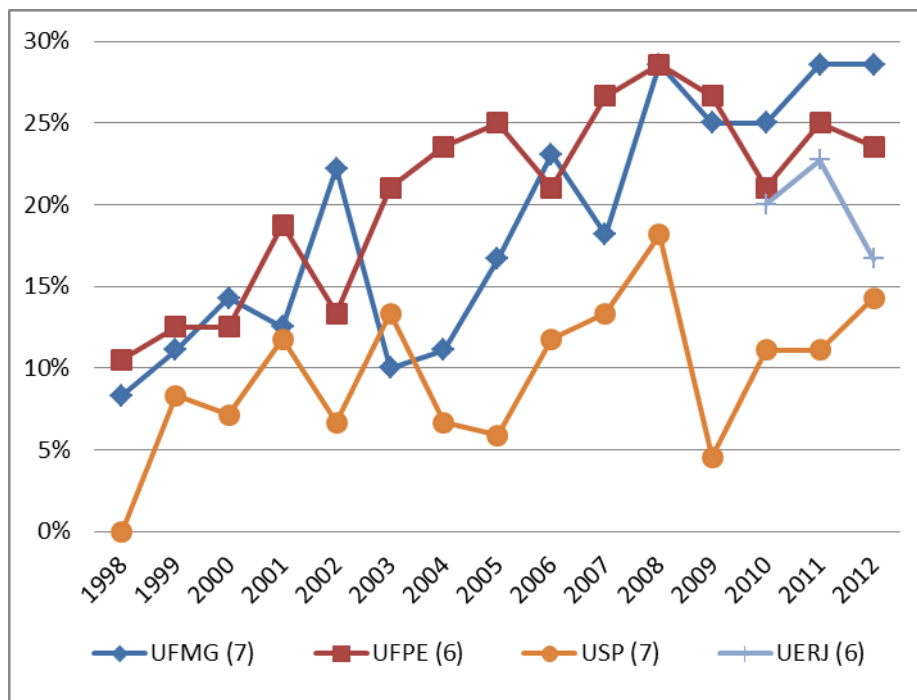
Portanto, quando se diferenciam programas novos e tradicionais, não é possível dizer que é isso que distingue programas com maior ou menor oferta de disciplinas metodológicas, pois, com exceção de UFMG, UFPE, IUPERJ/UCAM e UERJ, todos os programas oferecem de 5% a 15% de disciplinas metodológicas em suas grades anuais. Assim, convém analisar se grupos por nível de qualidade ou por região fazem mais sentido.

Programas por nível de qualidade

Quando se diferenciam graficamente as ofertas dos programas de acordo com os seus conceitos CAPES, o resultado é interessante, apesar de não poder ser diretamente concluído a partir do conceito, justamente pela natureza da avaliação que gera a nota. É visível, como apresenta a **Figura 5**, que os programas com as maiores ofertas relativas de disciplinas

metodológicas, atualmente, são também aqueles com conceitos CAPES 6 e 7 na avaliação trienal de 2013.

Figura 5 – Oferta de disciplinas metodológicas, conceitos 6 e 7 (2013), 1998 a 2012

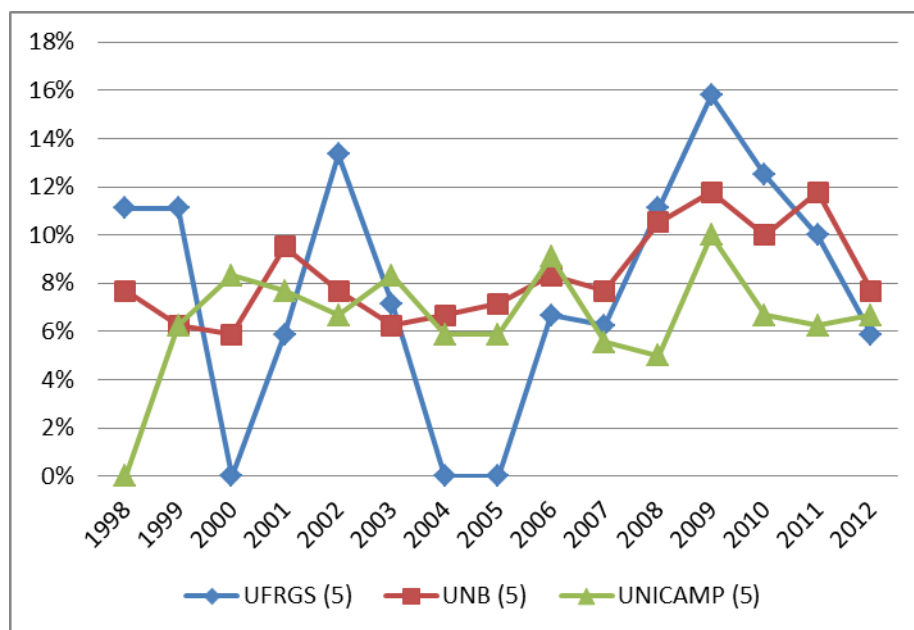


Fonte:

Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2014).

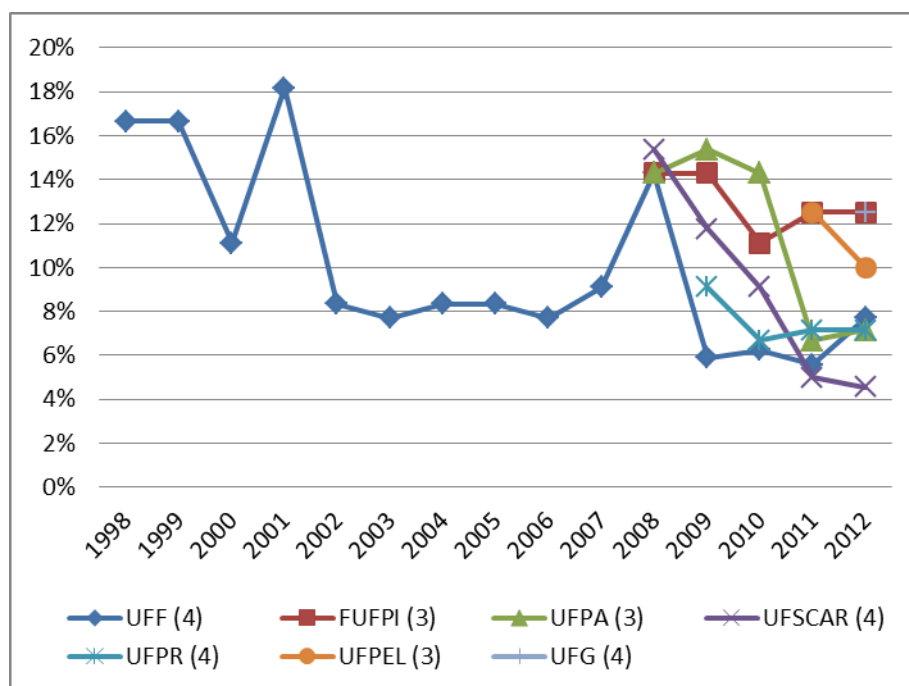
Por sua vez, os programas que atualmente possuem conceitos 3, 4 e 5 conforme a última avaliação trienal da CAPES oferecem, todos, até 12% de disciplinas metodológicas – menos do que o programa com menor oferta de disciplinas metodológicas entre os de excelência acadêmica. A oferta de disciplinas dos programas com conceitos 3, 4 e 5 é apresentada na **Figura 6** e na **Figura 7**, na sequência.

Figura 6 – Oferta de disciplinas metodológicas, conceito 5 (2013) , 1998 a 2012



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2014).

Figura 7 – Oferta de disciplinas metodológicas, conceitos 3 e 4 (2013) , 1998 a 2012



Fonte:

Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2014).

Todos os programas com conceito 5 (na avaliação trienal de 2013) ofereceram, em 2012, 6% a 8% de disciplinas metodológicas, percentual muito inferior ao dos programas com conceitos 6 e 7. Já os programas com conceitos 3 e 4 ofereceram de 4% a 12% em 2012, e são todos considerados novos, com exceção da UFF, cujo programa é considerado tradicional.

Outra importante diferença é que, na Figura 5, as linhas dos programas de excelência acadêmica apresentam tendência de oferta relativa crescente de disciplinas metodológicas, com exceção da UERJ. Na Figura 6, nota-se que nos últimos anos da série a oferta relativa foi decrescente nos programas com conceito 5 (na avaliação trienal de 2013). Já na Figura 7, que apresenta os programas com conceitos 3 e 4 na última avaliação trienal (2013), nota-se a oscilação da oferta em todos os programas e tendência decrescente em vários deles.

Para relacionar a oferta de disciplinas metodológicas e o nível de qualidade dos programas de forma que se faça sentido, é necessário avaliar não só as disciplinas oferecidas, mas (1) o processo de constituição dos projetos pedagógicos dos programas e (2) a produção científica dos docentes, um dos principais fatores de ponderação da atribuição de conceito pela fundação. Como o objetivo do presente trabalho não é realizar nenhuma dessas tarefas, mas tão somente observar a oferta de disciplinas dos programas de pós-graduação, ficam essas tarefas pendentes na agenda de pesquisa sobre a formação metodológica dos pesquisadores brasileiros.

Além da evolução numérica da oferta relativa de disciplinas metodológicas, este artigo propõe, também, uma análise do tipo de formação metodológica oferecida pelos programas brasileiros de pós-graduação em Ciência Política. Isso é feito na próxima seção.

Tipos de formação oferecidos

Através da leitura de suas ementas, as disciplinas metodológicas oferecidas de 1998 a 2012 relatadas nos cadernos de indicadores da CAPES foram divididas em seis grupos¹⁴, cada um deles apresentado na forma de uma subseção, a seguir.

Metodologia em geral

Foram incluídas no grupo de “metodologia em geral” as disciplinas cujas ementas mencionassem o ensino de mais de um tipo de abordagem ou técnica, ou não permitissem compreender se de fato havia ou não um foco. Em sua maioria, essas ementas discriminavam o ensino de desenhos de pesquisa em Ciência Política, introdução a ambas as metodologias

¹⁴ Certamente, é possível questionar esse agrupamento, admitindo-se que determinada disciplina pode não corresponder exatamente à descrição de sua ementa, pois a última pode não estar sempre atualizada. Entretanto, para abranger a totalidade dos casos selecionados para desenvolver este artigo (todos os programas de Ciência Política atualmente reconhecidos pela CAPES) de maneira sistemática, trabalhou-se com o melhor dado existente possível, que corresponde às informações que baseiam o próprio acompanhamento anual da CAPES, como já mencionado. Talvez seja interessante, como tarefa pendente nessa agenda de pesquisa, investigar mais a fundo a oferta de disciplinas pelos programas, recorrendo diretamente aos docentes por meio de entrevistas e coleta de documentos adicionais sobre as disciplinas ofertadas nos últimos anos.

quantitativas e qualitativas, ao mesmo tempo em que várias tratavam de noções de lógica da pesquisa científica e epistemologia. Entre a bibliografia indicada, havia livros sobre pesquisa social, metodologia quantitativa, metodologia qualitativa, estudos de caso e outros.

Essas disciplinas são encontradas nos programas de uma série de instituições. Seus títulos e anos de oferta são apresentados na **Tabela 2**, abaixo.

Tabela 2 – Disciplinas de metodologia em geral, 1998 a 2012

Instituição	Oferta	Título
IUPERJ/UCAM	2005	Metodologia e Pesquisa Social
IUPERJ/UCAM	2007	Metodologia e Desenho de Pesquisa
IUPERJ/UCAM	2009	Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais
IUPERJ/UCAM	2011 a 2012	Metodologia da Pesquisa Social I
IUPERJ/UCAM	2011 a 2012	Metodologia da Pesquisa Social II
UFMG	1998 a 2005	Metodologia
UFMG	2006 a 2012	Metodologia I
UFPE	2002, 2003, 2010 a 2012	Métodos e Técnicas de Pesquisa I
UFPE	2002, 2005, 2010 a 2012	Métodos e Técnicas de Pesquisa II
UFPE	2003 a 2012	Estudos Avançados de Metodologia de Pesquisa
UFPE	2011	Tópicos Especiais de Metodologia
UFRGS	1998 a 2003, 2006 a 2012	Epistemologia e Método em Ciência Política
UFRGS	2008 a 2009	Metodologia e Planejamento de Pesquisa
UNB	1998 a 2012	Metodologia de Pesquisa em Ciência Política
UNB	2008 a 2011	Metodologia de Pesquisa em Ciência Política II
UNICAMP	1999 a 2005	Metodologia em Ciência Política
UNICAMP	2006, 2008 a 2012	Metodologia de pesquisa em Ciência Política (A)
UNICAMP	2006, 2007	Metodologia de pesquisa em Ciência Política B
USP	2008	Tópicos Avançados em Ciência Política
FUFPI	2008 a 2012	Metodologia de Pesquisa em Ciência Política
UFPA	2008 a 2012	Metodologia de Pesquisa em Ciência Política
UFPR	2009 a 2012	Métodos em Ciência Política
UFPEL	2011 a 2012	Metodologia de Pesquisa em Ciência Política
UFG	2012	Métodos e abordagens em Ciência Política

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2014).

Metodologia quantitativa

As disciplinas de metodologia quantitativa, que formam o segundo grupo, são apresentadas pela **Tabela 3**, abaixo, que é seguida de comentários sobre seu conteúdo.

Tabela 3 – Disciplinas de metodologia quantitativa, 1998 a 2012

Instituição	Oferta	Título
IUPERJ/UCAM	1998 a 2003	Metodologia: Introdução à Análise de Dados
IUPERJ/UCAM	1998	Análise combinatória e Álgebra booleana
IUPERJ/UCAM	2001	Introdução à Econometria
IUPERJ/UCAM	2003	Introdução à análise estatística
IUPERJ/UCAM	2004, 2005	Metodologia: Introdução aos Métodos e Análise de Dados
IUPERJ/UCAM	2004	Tópicos em Análise Quantitativa Aplicada
IUPERJ/UCAM	2006 a 2009	Introdução à Análise de Dados
IUPERJ/UCAM	2006 a 2009	Metodologia II - Análise de Regressão, Modelos Lineares e Outros Métodos
IUPERJ/UCAM	2009	Métodos Estatísticos para Análise de Dados Categóricos
UFF	1998 a 2004	Metodologia I
UFF	1998, 2001	Métodos Formais I
UFF	2005 a 2012	Metodologia em Pesquisa em Ciências Sociais
UFMG	2002	Análise de Dados de Pesquisa por Amostragem em Belo Horizonte
UFMG	2006 a 2012	Metodologia de Pesquisa
UFPE	1998 a 2001, 2004 a 2009	Métodos e Técnicas de Pesquisa I
UFPE	1998 a 2001, 2003, 2004, 2006 a 2009	Métodos e Técnicas de Pesquisa II
UFRGS	2002	Análise de dados
UFRGS	2009	Tópico Especial I - Métodos quantitativos avançados
UFRGS	2010	Tópico Especial II - Métodos quantitativos avançados II
UFRGS	2011	Seminário Temático V - Métodos quantitativos avançados I
UNB	2001	Métodos Quantitativos Aplicados à Ciência Política
USP	1999 a 2001, 2003, 2005, 2008, 2009, 2012	Métodos Quantitativos (e Técnicas) em Ciência Política
USP	2011	Multilevel Analyses in Comparative Politics
USP	2012	Métodos Quantitativos de Pesquisa II: Análise de Variáveis Dependentes Limitadas
UFSCAR	2008 a 2012	Metodologia e Técnica de Pesquisa em Ciência Política
UFSCAR	2008 a 2010	Seminário Avançado de Análise de Dados
UERJ	2010, 2011	LEGO II: Tópicos em Análise de Dados Quantitativos
UERJ	2011, 2012	Metodologia Quantitativa
UERJ	2011	Seminário: Apresentação e visualização de dados
UERJ	2011	Seminário: Como empregar métodos de análise espacial para investigação

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2014).

O IUPERJ/UCAM – e a UERJ, que em 2010 herdou os professores do anterior – destaca-se pela vasta oferta de disciplinas de metodologia quantitativa desde o início da série, em 1998, e por oferecer disciplinas diferenciadas em relação às demais instituições: faz isso, por exemplo, ao incluir oferta de Álgebra, Econometria e métodos para análise de dados categóricos. Nesse sentido, destacam-se também UFRGS, UFMG e USP por oferecerem treinamento para tópicos avançados (UFRGS), análise de dados de pesquisa por amostragem (UFMG) e cursos mais avançados, de modelos para variáveis dependentes limitadas e análise multinível, inclusive ministrada em inglês por professor estrangeiro (USP). A UERJ ofereceu, em 2011, seminários sobre apresentação de dados e uso de análise espacial – ao que parece, foram eventos mais curtos que disciplinas semestrais, embora constassem no caderno de indicadores como disciplinas oferecidas.

Análise de eleições e do voto

O terceiro grupo de disciplinas é constituído por aquelas dedicadas a técnicas de análise das eleições e do voto, com a oferta de “laboratórios” de estudos e análises com dados de eleições e votações. Nesse grupo, destaca-se a absoluta liderança do IUPERJ/UCAM até 2009 e da UERJ após 2010, já que foram os mesmos docentes a oferecer esse tipo de disciplina em toda a série analisada. A outra instituição com esse tipo de oferta foi a UFPA, do grupo de programas novos, como mostra a **Tabela 4** abaixo.

Tabela 4 – Disciplinas de análise de eleições e do voto, 1998 a 2012

Instituição	Oferta	Título
IUPERJ/UCAM	1998	Seminário Eleições 98
IUPERJ/UCAM	1998	Seminário Eleições 98: Sociedade, Competição Política e Escolha Eleitoral
IUPERJ/UCAM	2000	Introdução à análise política espacial
IUPERJ/UCAM	2000	Laboratório Eleições 2000
IUPERJ/UCAM	2002	Laboratório Eleições 2002
IUPERJ/UCAM	2004	Laboratório Eleições 2004
IUPERJ/UCAM	2005	Laboratório de Pesquisa e Análise sobre Competição Eleitoral
IUPERJ/UCAM	2006	Laboratório Eleições 2006 I e II
IUPERJ/UCAM	2008	Laboratório Eleições 2008 I e II
UFPA	2008 a 2010	Laboratório: Pesquisa em Eleições
UERJ	2010	Laboratório Eleições 2010
UERJ	2012	Laboratório Eleições 2012 (I e II)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2014).

Teoria dos jogos e modelos formais

Esse quarto grupo de disciplinas específicas sobre teoria dos jogos e modelos formais é composto por cinco disciplinas cujas ementas fornecidas à CAPES claramente indicavam enfoque no ensino de teoria dos jogos e modelos formais e sua aplicação à pesquisa em Ciência Política. Assim como o grupo anterior, essas disciplinas foram encontradas somente em IUPERJ/UCAM, UFPE e USP. A **Tabela 5** apresenta essas disciplinas.

Tabela 5 – Disciplinas de teoria dos jogos e modelos formais, 1998 a 2012

Instituição	Oferta	Título
IUPERJ/UCAM	1998	Jogos legislativos
IUPERJ/UCAM	2003	Teoria dos Jogos e Análise Política: uma introdução
UFPE	2000, 2001, 2003 a 2010	Tópicos Especiais de Metodologia
USP	2006, 2007	Introdução a modelos formais
USP	2012	Introduction to Formal Political Theory

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2014).

Métodos em política comparada

No quinto grupo de disciplinas, foram incluídas aquelas voltadas ao ensino de técnicas do método comparativo em Ciência Política. Novamente, apenas três instituições ofereceram esse tipo de disciplina no período – IUPERJ/UCAM, até 2003, e UFPE e USP, nos anos mais recentes. As disciplinas são listadas na **Tabela 6**, abaixo.

Tabela 6 – Disciplinas de métodos em política comparada, 1998 a 2012

Instituição	Oferta	Título
IUPERJ/UCAM	1999	Seminário de Pesquisa em Política Comparada
IUPERJ/UCAM	2000	Instituições políticas comparadas
IUPERJ/UCAM	2003	Política Comparada: Metodologia e Análise
UFPE	2012	Tópicos Especiais de Metodologia
USP	2008	Ciência Política Comparada
USP	2010, 2011	Metodologia da Política Comparada: Problemas e Técnicas de Pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2014).

Outras técnicas e abordagens

O último grupo de disciplinas congrega aquelas que, assim como as do método comparativo, não envolvem técnicas quantitativas ou métodos formais. Aqui estão as disciplinas voltadas ao ensino de técnicas e abordagens qualitativas, cuja oferta é mais rara no período analisado. A USP ganha destaque nesse grupo, pois, apesar de ter apenas duas

disciplinas no grupo, são aquelas com a oferta mais recorrente. Além disso, em sua disciplina de Análise de Redes, em 2008 houve a presença de professora visitante estrangeira. Foram incluídas nesse grupo, também, as disciplinas e seminário que ensinam técnicas de elaboração de artigos acadêmicos, encontradas somente na grade do IUPERJ/UCAM (antes da crise institucional) e da UERJ (após a criação desse programa). A terceira e última instituição a possuir uma disciplina no grupo é a UFMG. A **Tabela 7**, abaixo, apresenta o grupo.

Tabela 7 – Disciplinas de outras técnicas e abordagens, 1998 a 2012

Instituição	Oferta	Título
IUPERJ/UCAM	2008	Laboratório de Redação de Artigos Acadêmicos
IUPERJ/UCAM	2008	Prática de Pesquisa e Métodos Qualitativos
UFMG	2006	Metodologia II
USP	2001, 2002, 2004, 2006, 2010	O estudo de caso: metodologia, técnicas e seu emprego na análise política
USP	2003, 2007, 2008	Introdução à Análise de Redes
UERJ	2011	Seminário: como escrever e publicar artigos

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2014).

Apresentadas as disciplinas metodológicas dos programas brasileiros de pós-graduação em Ciência Política e a evolução numérica de sua oferta, de 1998 a 2012, cobrindo tanto aqueles programas que já existiam, quanto os programas que surgiram no período e foram reconhecidos pela CAPES a partir de 2008, é essencial relacionar os dados apresentados com o problema que se quer investigar, qual seja, o do déficit da formação metodológica dos pesquisadores brasileiros. Essa discussão é promovida na seção a seguir.

Discussão: o ‘calcanhar metodológico’ e a pós-graduação

Conforme apontam as críticas da literatura, os pesquisadores brasileiros ou não usam métodos quantitativos e qualitativos (por não dominarem, ou por rejeitarem), ou usam-nos mal, nesse caso em função de um déficit de formação metodológica. É preciso observar que, além de terem sido publicados há vários anos, os artigos nacionais que apontam para esse problema não trabalharam com dados sobre a formação metodológica dos cientistas políticos brasileiros no desenvolvimento de seus trabalhos. Isso traz dificuldades para o presente desafio de falar da formação metodológica no Brasil, pois não há trabalhos com os quais comparar resultados – trata-se de uma faceta não explorada da formação da Ciência Política no Brasil.

Todavia, o exercício proposto rende resultados – ainda que preliminares, e ainda que o trabalho em tela seja pioneiro. Por exemplo, no rol de disciplinas oferecidas, é interessante

observar que praticamente todos os programas “tradicionais” possuíam disciplinas metodológicas desde cedo, com algumas diferenças de quantidade e tipo de formação. As disciplinas quantitativas formam o grupo majoritário, e estão presentes desde os primeiros anos do período analisado.

Interessante observar que o IUPERJ/UCAM e a UFMG, ambas instituições de destaque quando se observa a evolução da oferta de disciplinas metodológicas, são as instituições em que lecionavam Gláucio Soares e Fábio Wanderley Reis, respectivamente, quando produziram os argumentos revistos no início deste artigo questionando a qualidade da metodologia em Ciência Política no Brasil como um todo. É possível observar que esse quadro se transformou muito ao longo do tempo, tendo sido criadas e oferecidas dezenas de disciplinas metodológicas, desde as mais “gerais”, com objetivos amplos, até as mais específicas, voltadas a técnicas como análise de redes, análise multinível e métodos históricos. IUPERJ/UCAM e UFMG continuaram se destacando – o primeiro até 2009, quando seus professores migraram para a UERJ, e o segundo de forma crescente, culminando no recebimento do conceito 7, de qualidade máxima, outorgado pela CAPES. Como já dito, não é tarefa deste artigo fazer o cruzamento entre a oferta de disciplinas metodológicas e a produção científica de docentes e discentes das instituições tomadas, o que permitiria verificar, empiricamente, a existência ou ausência de uma relação significativa entre ambos.

Voltando aos comentários sobre a formação metodológica oferecida pelos programas, além da grande quantidade de disciplinas gerais e quantitativas, também se observa a ocorrência de “escolas” de métodos, ou pelo menos grupos que oferecem determinado tipo de formação de forma muito recorrente no tempo, indicando a existência de um projeto continuado de desenvolvimento de uma linha de pesquisa. É, claramente, o caso do IUPERJ/UCAM e de sua herdeira UERJ nos laboratórios de estudos eleitorais: em todos os anos eleitorais, de 1998 a 2012, foram oferecidas disciplinas do tipo “laboratório” para análise de dados empíricos com uso de métodos e técnicas de pesquisa trabalhados nessas disciplinas. Também é digno de destaque o interesse da UFPE e da USP pelo ensino de teoria dos jogos e métodos formais para a análise de estratégias individuais. O ensino de métodos e técnicas aplicados à política comparada também é praticamente um domínio de IUPERJ/UCAM e USP, com recente participação da UFPE – essas foram as únicas instituições a oferecerem disciplinas específicas para o ensino desse tipo de conteúdo. Ademais, também se observa a oferta de outras disciplinas de abordagem qualitativa (ou, ao menos, de abordagem não quantitativa), tais como as disciplinas que tratavam de metodologia e técnicas de estudo de caso, análise de redes sociais e métodos qualitativos de pesquisa em geral, assim como seminários sobre técnicas para

elaboração de artigos – algo tido como essencial para a viabilização de uma maior exposição nacional e internacional dos trabalhos de discentes. Nesse conjunto, USP, UFMG, IUPERJ/UCAM e UERJ são as instituições que figuram.

Ao final do exercício proposto neste trabalho, a impressão que fica é de que o conjunto de disciplinas de metodologia e técnicas de pesquisa oferecidas pelos programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil é mais diverso do que se poderia pensar, oferecendo não somente formação em abordagem quantitativa, e também não somente formação em abordagem qualitativa, mas uma oferta bastante rica de métodos e técnicas de pesquisa para os discentes desses programas. Assim, quando se fala num “calcanhar metodológico” da formação em métodos de pesquisa, talvez seja preciso cautela e observação do período mais recente de oferta de disciplinas. Entretanto, é preciso reconhecer os principais problemas – ou oportunidades – para o prosseguimento dessa pesquisa. Pontuando:

- A leitura das ementas pode não corresponder ao conteúdo efetivamente ministrado nas disciplinas;
- A oferta de uma disciplina não necessariamente corresponde automaticamente ao pleno aprendizado pelo aluno, assim como não garante que sua produção venha a ser metodologicamente robusta;
- Não se falou na formação dos docentes em métodos e técnicas de pesquisa, aspecto que tem efeitos diretos sobre os cursos que ministram; e
- Não se falou em técnicas pedagógicas – a literatura internacional recente¹⁵ reconhece que a rejeição prévia dos alunos à matemática e à estatística é um importantíssimo fator de fracasso no ensino de métodos quantitativos, motivo pelo qual é necessário inovar no ensino e superar o modelo de aula expositiva, propondo outros tipos de técnicas¹⁶.

¹⁵ Para mais informações, ver Thies & Hogan (2005), Adeney & Carey (2009), Parker (2010) e Ryan *et al.* (2013).

¹⁶ Há um trabalho em elaboração pelos autores deste artigo conjuntamente com a Prof.^a Lorena Barberia (DCP-USP) e os colegas Guilherme Duarte e Radamés Marques, tratando do ensino de métodos quantitativos baseado em atividades, com análise empírica, a ser apresentado no IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), em agosto de 2014. O argumento desse trabalho, em consonância com a literatura (especialmente Mazur, 1997), é de que o processo de ensino-aprendizagem é beneficiado quando se substitui o modelo simples de aula expositiva por formas que privilegiem a participação ativa do aluno no processo. O material será oportunamente disponibilizado para leitura.

Conclusões, ou uma agenda de pesquisa

O que se pode concluir do exercício realizado através deste trabalho já foi tratado na seção anterior: a oferta de disciplinas metodológicas existe, é diversificada e abrange todos os programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil. Alguns programas de excelência destacam-se dos demais em função dos altos índices relativos de oferta de disciplinas metodológicas, enquanto outros oferecem disciplinas em menor quantidade. Contudo, mais importante que uma conclusão é apresentar uma agenda de pesquisa sobre a formação metodológica dos cientistas políticos brasileiros.

A literatura já apontou deficiências nos métodos da produção científica, e agora já se lançou mão dos dados oficiais disponíveis sobre a formação oferecida aos mestrandos e doutorandos do País nos últimos quinze anos. Sendo assim, cabe propor os próximos passos para a realização de um projeto de pesquisa amplo que trate de estudar, compreender e contribuir para o desenvolvimento da formação metodológica na Ciência Política brasileira, tal como se segue:

- Investigar mais profundamente a construção do programa pedagógico dos cursos e a oferta de disciplinas desses programas, recorrendo diretamente aos docentes e secretarias de pós-graduação, por meio de entrevistas e coleta de documentos adicionais;
- Relacionar a produção científica de docentes e discentes egressos desses programas de pós-graduação com a oferta de disciplinas metodológicas e avaliar se existe correlação significativa entre maior oferta e o uso de métodos na produção científica;
- Traçar o perfil de formação dos docentes que ministram essas disciplinas, para determinar se são formados em Ciência Política ou outras áreas do conhecimento, se cursaram a pós-graduação e cursos de formação complementar no Brasil ou no exterior, se são especialistas no tema etc.; e
- Realizar estudos sistemáticos sobre técnicas pedagógicas específicas para o ensino de métodos e técnicas de pesquisa e divulgar os resultados encontrados.

Os autores acreditam que, através da realização de tal projeto de pesquisa, muito se poderá fazer pelo desenvolvimento e pela melhoria dos métodos de pesquisa na Ciência Política brasileira, não só em termos de formação, mas também na produção científica.

Referências Bibliográficas

- ADENEY, Katharine & CAREY, Sean. (2009). “Contextualising the teaching of statistics in Political Science”. **Politics**, vol. 29(3), pp.155-230.
- CAPES. FUNDAÇÃO COORDENADORIA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. (2014). **Cadernos de Indicadores**. [online] Disponível <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/CadernoAvaliacaoServlet>> 12 mar 2014.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. (1997). “A emergência da Ciência Política no Brasil: Aspectos institucionais”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online], vol. 12, nº 35. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091997000300007&script=sci_arttext>.
- KEINERT, Fábio Cardoso & SILVA, Dimitri Pinheiro. (2010). “A gênese da Ciência Política brasileira”. **Tempo Social**, vol. 22, nº1, pp. 79-98.
- MAZUR, Eric. (1997). **Peer instruction: A user’s manual**. New Jersey: Prentice Hall.
- PARKER, Jonathan. (2010). “Undergraduate Research-Methods training in Political Science: A comparative Perspective”. **PS: Political Science & Politics**, Vol.43 (1), pp. 121-125.
- QUADROS, Marivete Bassetto de. (2007). “A importância da disciplina de metodologia de pesquisa científica na universidade”. In: **Anais do VII Congresso de Educação do Norte Pioneiro – Educação e Interdisciplinaridade**. Jacarezinho, p.88-98.
- REIS, Fábio Wanderley. (1996). “Avaliação das Ciências Sociais”. In: Schwartzman, Simon (coord.). **Ciência e Tecnologia no Brasil: A capacitação brasileira para a pesquisa científica e tecnológica**. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, pp. 93-122.
- RYAN, Matt et al. (2013). “Improving Research Methods Teaching and Learning in Politics and International Relations: A ‘Reality Show’ Approach”. **Politics**, Vol. 34 (1), pp. 85–97.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. (2005). “O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil”. **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 48, pp. 27-52.
- THIES, Cameron G. & HOGAN, Robert E. (2005). “The state of undergraduate research methods training in Political Science”. **PS: Political Science & Politics**, pp. 1-5.

ANEXO 1 – Oferta anual total de disciplinas pelos programas de pós-graduação em Ciência Política, 1998 a 2012

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
IUPERJ/UCAM	19	17	14	17	15	24	21	22	22	23	27	24	-	14	13
UFF	12	6	9	11	12	13	12	12	13	11	7	17	16	18	13
UFMG	12	9	7	8	9	10	9	6	13	11	7	8	8	7	7
UFPE	19	16	24	16	15	19	17	16	19	15	14	15	19	16	17
UFRGS	9	9	16	17	15	14	12	13	15	16	18	19	16	20	17
UNB	13	16	17	21	13	16	15	14	12	13	19	17	10	17	13
UNICAMP	7	16	12	13	15	12	17	17	22	18	20	10	15	16	15
USP	8	12	14	17	15	15	15	17	17	15	22	22	18	18	28
FUFPI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7	9	8	8
UFPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	13	14	15	14
UFSCAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	17	22	20	22
UFPR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	15	14	14
UERJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	22	18
UFPEL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	10
UFG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
MÉDIA	12,38	12,63	14,13	15,00	13,63	15,38	14,75	14,63	16,63	15,25	15,27	15,00	14,33	15,21	14,47

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2014).

ANEXO 2 – Oferta anual de disciplinas metodológicas pelos programas de pós-graduação em Ciência Política, 1998 a 2012

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
IUPERJ/UCAM	5	2	4	2	2	4	3	3	4	3	5	4	-	2	2
UFF	2	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
UFMG	1	1	1	1	2	1	1	1	3	2	2	2	2	2	2
UFPE	2	2	3	3	2	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
UFRGS	1	1	0	1	2	1	0	0	1	1	2	3	2	2	1
UNB	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	2	2	1	2	1
UNICAMP	0	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1
USP	0	1	1	2	1	2	1	1	2	2	4	1	2	2	4
FUFPI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1
UFPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	1	1
UFSCAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	1	1
UFPR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1
UERJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	3
UFPEL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
UFG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
MÉDIA	1,50	1,25	1,50	1,75	1,50	1,88	1,50	1,50	2,25	1,88	2,36	2,00	1,75	1,86	1,67

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2014).

ANEXO 3 – Oferta relativa anual de disciplinas metodológicas pelos programas de pós-graduação em Ciência Política, 1998 a 2012

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
IUPERJ/UCAM	26%	12%	29%	12%	13%	17%	14%	14%	18%	13%	19%	17%	-	14%	15%
UFF	17%	17%	11%	18%	8%	8%	8%	8%	8%	9%	14%	6%	6%	6%	8%
UFMG	8%	11%	14%	13%	22%	10%	11%	17%	23%	18%	29%	25%	25%	29%	29%
UFPE	11%	13%	13%	19%	13%	21%	24%	25%	21%	27%	29%	27%	21%	25%	24%
UFRGS	11%	11%	0%	6%	13%	7%	0%	0%	7%	6%	11%	16%	13%	10%	6%
UNB	8%	6%	6%	10%	8%	6%	7%	7%	8%	8%	11%	12%	10%	12%	8%
UNICAMP	0%	6%	8%	8%	7%	8%	6%	6%	9%	6%	5%	10%	7%	6%	7%
USP	0%	8%	7%	12%	7%	13%	7%	6%	12%	13%	18%	5%	11%	11%	14%
FUFPI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14%	14%	11%	13%	13%
UFPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14%	15%	14%	7%	7%
UFSCAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15%	12%	9%	5%	5%
UFPR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9%	7%	7%	7%
UERJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20%	23%	17%
UFPEL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13%	10%
UFG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13%
MÉDIA	10%	10%	11%	12%	11%	11%	10%	10%	13%	12%	16%	14%	13%	13%	12%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CAPES (2014).